

Estudo Técnico Preliminar 96/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 21053.000492/2022-10

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa para a prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de motoristas (categoria “D” ou acima) para atender as necessidades do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA-SP, em Campinas/SP.

Postos de trabalho:

Qtde	Descrição do posto	Horário/Período/Carga Horária
2	Motorista (CBO 7823-10)	Diurno, de segunda a sábado, totalizando 44 horas semanais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SAG	Jandersom Paulo dos Santos Lopes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Trata-se de serviços a serem prestados de forma contínua pois, por sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e continuada por mais de um exercício financeiro (obedecidos os prazos previstos na Lei 8.666/93 ou na Lei 14.133/2021), assegurando a integridade do Patrimônio Público e o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão, tendo em conta que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público e o cumprimento da Missão Institucional do LFDA-SP.

4.2 Os serviços a serem contratados são com regime de dedicação exclusiva de mão de obra pois, nos termos do artigo 17 da Instrução Normativa nº 05/2017, são exigidos: I) que os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços; II) que a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis em uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e III) que a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

4.3 As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhadas por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento.

4.4 A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010.

4.5 A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93 e o Artigo 125 da Lei 14.133/21.

4.6 As obrigações da CONTRATADA e do CONTRATANTE estão previstas no item 9 deste Estudo Técnico – Descrição da solução como um todo.

5. Suporte Legal

O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520 de 2002, c/c Decreto 10.024 de 2019 e item 2.7 do Anexo V da IN nº 05/2017.

A contratação em pauta encontra respaldo:

- na Lei nº. 8.666 de 21.06.93 - Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- na Lei Nº 14.133, de 01.04.21 - estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- na Lei nº. 9.632 de 07.05.98 – Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;
- na Lei nº. 10.520 de 17.07.02 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- no Decreto nº. 9.507 de 21.09.18 - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências (terceirização).
- no Decreto nº. 3.555 de 08.08.00, com suas alterações posteriores - Regulamenta para a modalidade de licitação denominada pregão, a aquisição de bens e serviços comuns;
- no Decreto nº. 3.722 de 09.01.01 - Regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- no Decreto nº. 10.024 de 20.09.19 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.
- na Instrução Normativa SLTI/MP nº. 05 de 25.05.2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6. Análise da última contratação

A prestação de serviços de motorista é uma atividade essencial ao Órgão, haja vista a alta demanda por transporte identificada ao longo dos anos.

Conforme o histórico (Anexo I), no último ano foram realizadas 129 viagens para outros municípios, 366 atendimentos dentro de Campinas e 305 dias de atendimentos de serviços internos (excluindo-se os domingos e feriados), ficando em uma média de 67 atendimentos por mês pela atividade de Transporte.

As viagens ocorrem para conduzir servidores para participarem de reuniões na Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo – SFA-SP, na Advocacia Geral da União – AGU-SP, na Consultoria Jurídica da União – CJU-SP entre outras; retirada e entrega de documentos também na AGU-SP e CJU-SP; transporte de colaboradores da Unidade de Controle de Produtos Biológicos para realizar exames semestralmente no Instituto de Infectologia Emília Ribas em São Paulo/SP (conforme recomendação da OMS, em virtude da exposição dos funcionários ao vírus da raiva); transporte de equipamentos para consertos e manutenções; transporte de colaboradores, especialmente da Manutenção e Informática, para execução de serviços na Seção Laboratorial Avançada de Jundiaí-

SP; conduzir servidores e colaboradores para a participação de auditorias, reuniões, treinamentos, workshops, feiras, visitas técnicas entre outras viagens para o desempenho de funções inerentes à função pública.

Os atendimentos dentro de Campinas e região são para realizar serviços de bancos, correios, orçamentos e compras de materiais, entrega e retirada de documentos em repartições públicas, retirar amostras em aeroportos, conduzir servidores para realizar de audiências trabalhistas nas quais o MAPA é parte intimada, reuniões no Comando do Exército, entre outros.

Dentre as atividades fora dos horários de expediente estão eventuais retirada de amostras emergenciais em aeroportos; situações de eventos e missões (regionais, nacionais e internacionais) sediados pelo LFDA-SP; eventuais demandas da Secretaria de Defesa Agropecuária – suspeitas e investigações especiais, além de viagens mais longas cujo tempo de deslocamento demandam a saída ou chegada além do horário normal de expediente.

O atendimento do transporte interno dá-se no transporte de amostras, meios de cultura, cobaias e outros animais, vidrarias, alimentos para animais, documentos e uniformes (tendo em conta o tamanho da área do LFDA-SP – 31 hectares, sendo que as diversas Unidades encontram-se espalhadas por diversos prédios dentro dessa área).

A contratação por posto é necessária em virtude da necessidade do Órgão em dispor de motoristas em tempo integral durante seu funcionamento, já que um motorista será designado para realizar o transporte interno, que é diário e em período integral (durante o expediente do Órgão) e o outro designado para atender as demandas externas e deslocamentos de servidores e colaboradores sempre que necessário. O número de postos foi definido baseado no histórico do Órgão, já considerando a economicidade, a eficiência da gestão das atividades, que tem se demonstrado suficiente - apesar de que, em algumas ocasiões, os atendimentos se deram de maneira apertada ou remanejada. Define-se assim a manutenção de somente 2 postos no próximo contrato.

A empresa detentora do contrato atual incorreu em atrasos e descumprimentos de cláusulas contratuais (de teor administrativo-gerencial e não tanto operacional na efetiva prestação do serviço), prontamente relatadas pela fiscalização através de e-mails e registros de ocorrências à empresa. Estas seguem elencadas no Processo SEI 21053.000238/2022-11. As ocorrências tem sido tratadas pela empresa; foram realizadas reuniões com a empresa para melhor elucidação dos apontamentos feitos, sendo que a empresa se mostrou comprometida a sanar as irregularidades apontadas. Contudo, em resposta ao Ofício 32/2022/SGC, a empresa informou que não tem interesse na prorrogação contratual, cuja vigência seria até 30/11/2022, aceitando a renovação somente por mais 3 meses (28/02/2023). Disto decorre a necessidade de realização de novo processo licitatório.

7. Justificativa da Contratação

A contratação de empresa para a prestação de serviços continuados com mão de obra exclusiva de motoristas se faz necessária visto que o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária de Campinas (LFDA-SP) é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários subordinada à Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL) e vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), órgão da administração pública federal direta e, portanto, tem responsabilidades a serem exercidas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento têm como missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”. O desenvolvimento sustentável do agronegócio com estímulo à produtividade, sanidade e qualidade, objetivo inexorável do MAPA, justifica a atenção governamental dispensada às políticas de proteção à saúde pública e sanidade fitozoosanitárias. Visando garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, qualidade de insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal, o MAPA conta em sua estrutura funcional com uma Coordenação que mantém sob sua responsabilidade, os LFDAs, que têm por competência conferir suporte às atividades desenvolvidas pelos Departamentos ou Coordenações vinculadas à Secretaria de Defesa Agropecuária.

Neste contexto, a Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL) por meio de suas ações conjuntas com os LFDAs tem a finalidade de prover análises e diagnósticos em apoio às ações de defesa, vigilância e fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade animal e vegetal, dos produtos e dos insumos agropecuários.

A CGAL, baseada em normas nacionais e internacionais e na atenção governamental dispensada às políticas de proteção da saúde pública e sanidade animal e vegetal, coordena as atividades desenvolvidas nos LFDAs, distribuindo-as de acordo com a sua especialização.

De acordo com a Portaria 562, de 11 de abril de 2018, compete aos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária:

I - prover o suporte técnico-científico e laboratorial às atividades de fiscalização, programas e controles oficiais do Mapa;

II - coordenar, promover, orientar, monitorar e avaliar as atividades de:

- a) ensaios e estudos laboratoriais;
- b) pesquisas, desenvolvimento, inovação e automação laboratorial;
- c) desenvolvimento e validação de métodos de ensaio;
- d) produção e manutenção de padrões e materiais de referência;
- e) desenvolvimento de programas de comparação interlaboratorial;
- f) gestão integrada da biossegurança;
- g) programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira;
- h) planejamento, monitoramento e execução dos projetos de modernização dos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária;
- i) administração de pessoas;
- j) gestão de serviços gerais;
- k) execução de compras e contratos de prestação de serviços;
- l) implementação de indicadores de desempenho;
- m) acompanhamento de missões e auditorias externas, no âmbito da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; e
- n) coordenar a verificação da conformidade dos registros de gestão.

III - propor acordos de cooperação técnica, ajustes e convênios com órgãos e entidades públicos e instituições privadas para:

- a) pesquisa, desenvolvimento e validação de métodos de ensaio;
- b) produção de padrões e materiais de referência;
- c) desenvolvimento de projetos técnicos, administrativos e de tecnologia da informação; e
- d) estágios curriculares e extracurriculares.

IV - garantir o cumprimento das convocações da CGAL para a realização de auditorias e fiscalizações nos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

V - monitorar a realização de fiscalização e auditoria na Rede Nacional de Laboratórios

Agropecuários;

VI - subsidiar e apoiar a participação da CGAL em eventos e negociações em temas

relacionados a laboratórios;

VII - aplicar sanções administrativas a fornecedores e licitantes, atuando como instância

julgadora em caso de recursos em aquisições.

O LFDA-SP desenvolve atividades de rotina voltadas a análises laboratoriais de fiscalização, monitoramento e análises periciais. Executa ensaios para validação de métodos e participa, sempre que possível, de rodadas de testes de proficiência e controles interlaboratoriais. Seus técnicos participam de auditorias de fiscalização, credenciamento e monitoramento, além de contribuir na revisão de métodos e legislação específica. As atividades do LFDA-SP (bases físicas de Campinas e Jundiaí) englobam as seguintes áreas técnicas: análises físico-químicas de bebidas e vinagres; análises físico-químicas de fertilizantes, corretivos, substratos e afins; análises físico-químicas de alimentos de origem animal e água; análises físico-químicas de alimentos para animais; credenciamento e monitoramento de laboratórios de diagnóstico de anemia infecciosa equina; credenciamento e monitoramento de laboratórios de análises de sementes; credenciamento e monitoramento de laboratório de diagnóstico fitossanitário; análises para pesquisa de resíduos e contaminantes em alimentos de origem animal e vegetal (contaminantes orgânicos, contaminantes inorgânicos e resíduos de drogas veterinárias); análises de medicamentos de uso veterinário; controle de vacinas antirrábicas; controle de vacinas de uso na avicultura; análises microbiológicas em alimentos de origem animal, água, bebidas e inoculantes; diagnóstico de doenças aviárias. O LFDA-SP possui um sistema de gestão da qualidade baseado no atendimento à Norma NBR ABNT ISO/IEC 17025, e possui alguns ensaios foram acreditados pelo INMETRO. Tem como política de qualidade assegurar a melhoria do sistema de gestão e a excelência das atividades de suporte laboratorial a programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em conformidade com a NBR ABNT ISO/IEC 17025. Como visão de futuro, o LFDA-SP almeja ser reconhecido como laboratório de referência em suas áreas de atuação, e estar sempre atualizado com as mais modernas técnicas e métodos.

A contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de motoristas se faz necessária para garantir a continuidade dos atendendo a demanda de transporte interno de: amostras, vidrarias, roupas, documentos, alimentos para animais - tendo em vista a extensa área do laboratório (cerca de 31 hectares), bem como serviços externos que incluem: conduzir servidores para participarem de reuniões na Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo – SFA-SP, na Advocacia Geral da União – AGU-SP, na Consultoria Jurídica da União – CJU-SP entre outras; retirada e entrega de documentos também na AGU-SP e CJU-SP; transporte de colaboradores da Unidade de Controle de Produtos Biológicos para realizar exames semestralmente no Instituto de Infectologia Emília Ribas em São Paulo/SP (conforme recomendação da OMS, em virtude da exposição dos funcionários ao vírus da raiva); transporte de equipamentos para consertos e manutenções; transporte de colaboradores, especialmente da Manutenção e Informática, para execução de serviços na Seção Laboratorial Avançada de Jundiaí-SP; conduzir servidores e colaboradores para a participação de reuniões, treinamentos, workshops, feiras, visitas técnicas entre outras viagens para o desempenho de funções inerentes à função pública; atendimentos dentro de Campinas e região são para realizar serviços de bancos, correios, orçamentos e compras de materiais, entrega e retirada de documentos em repartições públicas, levar e retirar animais da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, retirar amostras em aeroportos, conduzir servidores para realizar de audiências trabalhistas nas quais o MAPA é parte intimada, reuniões no Comando do Exército, entre outros.

Para que o LFDA-SP possa desempenhar as suas atividades laboratoriais em atendimento aos conceitos de boas práticas e qualidade laboratorial é imprescindível a realização da atividade de transporte, tanto interno como externo, por meio da contratação de 02 (dois) motoristas com experiência em condução de veículos de passageiro, cargas e vans, além de conhecimento em direção defensiva.

A contratação por posto se justifica em virtude da necessidade do Órgão em dispor de motoristas em tempo integral durante seu funcionamento, já que um motorista será designado para realizar o transporte interno, que é diário e em período integral (durante o expediente do Órgão) e o outro designado para atender as demandas externas e deslocamentos de servidores e colaboradores sempre que necessário. O número de postos foi definido baseado no histórico do Órgão, já considerando a economicidade, a eficiência da gestão das atividades e o disposto nos Despachos 312 e 100 do Processo SEI nº 21053.002117/2017-39.

8. Levantamento de Mercado

A contratação pretendida está alinhada com a prática dos Órgãos Públicos de contratação indireta dos serviços ora requeridos, amplamente utilizada em consonância com os dispositivos legais elencados no item 5 deste Estudo Técnico. Alinha-se também à Política que o Governo Federal vem implantando na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando suas ações nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário. A contratação da execução indireta dos serviços de motorista, objeto da presente demanda, tem suporte no § 1º, Art. 1º do Decreto 2.271/97 e no Art. 7º da IN 05/2017/MPOG.

O CBO foi definido a partir do preconizado pela CGAL por meio do OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2020/CGAL/DTEC /SDA/MAPA (Anexo II), de 04 de fevereiro de 2020. A partir da consulta da especificação de cada categoria do Grupo do CBO 7823, foi identificado que a especificação que se enquadra nas atividades de motoristas necessárias ao LFDA-SP é a do CBO 7823-10.

A quantidade de fornecedores do serviço requerido não é considerada restrita, visto que há uma quantidade considerável de empresas prestadoras de serviços terceirizados no mercado, não sendo necessários requisitos de formação técnica nem especializada para estes serviços.

9. Descrição da solução como um todo

9.1 Os serviços de motoristas serão prestados por 2 (dois) profissionais no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA-SP, localizado na Rua Raul Ferrari, SN – Jd. Santa Marcelina na cidade de Campinas/SP.

O horário de prestação de serviço será de segunda a sexta-feira das 8h às 17h e aos sábados das 7h às 11h, de acordo com o horário de expediente do Órgão. O horário de trabalho poderá ser alterado de acordo com as necessidades do LFDA-SP, respeitados os direitos legais referentes às quarenta e quatro horas semanais e ao descanso semanal.

9.2 Os motoristas poderão realizar horas extras, ultrapassando a jornada de 44 horas semanais, as quais deverão ser pagas, já que o Órgão necessita da prestação dos serviços dos dois motoristas durante todo o expediente. As horas extras poderão ser realizadas aos sábados, domingos e feriados ou durante a semana, somente quando necessário, devendo ser executadas pelo motorista que estiver executando serviços externos na semana.

9.3 Os motoristas deverão revezar semanalmente entre os serviços internos e externos, para que haja a possibilidade de cobertura do posto um pelo outro em casos de ausências, tendo em vista que o prazo para cobertura exigido será de 24 horas. Será estabelecido esse prazo (e não inferior) para que não seja necessário incluir, na Planilha de Custos, um profissional já previsto para coberturas em tempo menor, o que oneraria os custos.

9.4 Conforme o levantamento dos últimos 12 meses (Anexo III), será estimado um quantitativo de 19 (dezenove) horas extras por mês, que somente serão pagas quando executadas, distribuídas da seguinte forma:

- a) 12 horas extras/mês durante a semana, divididas entre os dois motoristas que revezarão o plantão a cada semana;
- b) 3 horas extras/mês aos sábados, divididas entre os dois motoristas que revezarão o plantão a cada semana;
- c) 4 horas extras/mês aos domingos e feriados, divididas entre os dois motoristas que revezarão o plantão a cada semana.

Nota: sobre a média mensal de horas extras e diárias foi aplicada uma majoração de 25%, a fim de suportar eventuais aumentos de demandas.

9.5 As horas extras são necessárias para o transporte de colaboradores fora dos horários de expediente, como plantões de finais de semana e casos em que a equipe de Manutenção precise ficar além do horário normal. Além disso, tem-se que o LFDA-SP realiza análises para diagnósticos de doenças de notificação obrigatória, tais como influenza aviária e doença de Newcastle, que eventualmente necessitam ser realizadas em caráter de urgência e em horários fora do expediente para atendimento aos serviços de Defesa Animal do MAPA (tendo em vista as implicações econômicas e de saúde animal e pública da ocorrência de focos destas enfermidades). O LFDA-SP também dispõe de laboratório de biossegurança, biotério para produção de animais de experimentação e equipamentos como geradores de energia, os quais, eventualmente, demandam que a equipe de manutenção permaneça após o horário normal de trabalho, devido à necessidade de funcionamento 24 horas por dia. Ainda, tem-se a necessidade eventual de retirada de amostras e transporte de servidores do aeroporto fora de horários, dentre outras necessidades.

9.6 Nos casos de deslocamentos intermunicipais e interestaduais que demandem pernoite, os motoristas farão jus ao recebimento de diária, devendo este valor ser pago ao motorista pela Contratada antes da viagem e ressarcida pelo LFDA-SP por ocasião do faturamento mensal. O valor da diária deverá ser ofertado pela licitante, à sua inteira disponibilidade, devendo cobrir todas as despesas com hospedagem e alimentação decorrentes da pernoite e respeitando o valor mínimo estipulado em Convenção Coletiva. Será devido ao motorista ainda o valor de uma diária, em caráter de ajuda de custo, quando realizar viagens de ida e volta no mesmo dia que ultrapasse 700km de percurso total ou que tenham duração acima de 12 horas (tempo total de viagem no dia). Todas as diárias deverão ser previamente autorizadas pelo gestor da área de Transporte do LFDA-SP através de e-mail.

9.7 Conforme levantamento histórico (Anexo III), será estimado um quantitativo de 1 (uma) diária por mês, que somente serão pagas quando executadas.

Fora incluído também os valores correspondentes a adicional de periculosidade, conforme elucidações da Nota Técnica nº 2 do presente Processo (documento SEI nº 26075548) e seus anexos. Caso, após pelo levantamento para o LTCAT, o resultado da avaliação das condições seja diversa e não seja mais obrigatório o pagamento do adicional de periculosidade, este será suprimido da Planilha de Custos via Termo Aditivo. Para a concessão de adicional de periculosidade ou insalubridade, caso pertinente, a empresa vencedora do certame deverá apresentar Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho. Este adicional não está sendo previsto na Planilha de Custos e Formação de Preços, devendo ser realizado aditivo de reequilíbrio financeiro posteriormente, caso o adicional seja devido.

9.8 São requisitos exigidos dos motoristas:

- a) Ensino fundamental completo;
- b) Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “D” ou acima;
- c) Curso de direção defensiva.

9.9 São desejáveis as seguintes competências pessoais: disciplina, ética, cordialidade, discrição, sigilo, cuidado com a aparência e higiene pessoal, capacidade de lidar com situações estressantes no trânsito, paciência para contornar situações adversas, zelo e atenção.

9.10. São obrigações dos motoristas:

- a. 1. Conduzir os veículos oficiais com zelo e cautela necessários à prevenção de incidentes de qualquer natureza;
- b. 2. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pelo contrato;
- c. 3. Zelar pelos veículos a serem utilizados de propriedade ou sob a responsabilidade do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária – LFDA-SP de diferentes marcas e modelos, veículos leves, de carga, entre outros, que poderão vir a ser substituídos ao longo do contrato;
- d. 4. Preencher formulário próprio para controle de tráfego;
- e. 5. Não exceder os limites de velocidade e peso dos veículos determinados por lei, sob nenhum pretexto;
- f. 6. Utilizar os veículos exclusivamente em serviço;
- g. 7. Portar habitualmente Carteira de Habilitação classe “D” ou acima, sempre atualizada;

- h. 8. Recolher o veículo em local apropriado resguardando-o de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e ameaças climáticas (ao término do serviço e/ou retorno de viagem os veículos deverão ser recolhidos à garagem do LFDA-SP);
 - i. 9. Não abandonar o veículo oficial, sob nenhuma hipótese;
 - j. 10. Na ocorrência de acidente com veículo oficial, o motorista deverá solicitar perícia e, após a liberação, remover o veículo para a garagem ou, se for o caso, para a oficina indicada pela contratante;
 - k. 11. Ser responsável por providenciar o Boletim de Ocorrência feito pelo órgão competente e deverá preencher o formulário próprio de Comunicação de Acidente com veículo Oficial;
 - l. 12. Comunicar a quem de direito, ocorrências de quaisquer fatos ou avarias relacionados com os veículos sob sua responsabilidade, que venham a comprometer a sua utilização ou seu estado de conservação;
 - m. 13. Vistoriar diariamente o veículo antes do início de cada atividade, com relação ao estado geral do veículo, roda sobressalente, macaco, chave de roda, chave para deslocamento de calota, extintor de incêndio e triângulo de sinalização, comunicando imediatamente qualquer irregularidade constatada, sendo proibido o uso do veículo em situação irregular;
 - n. 14. Apontar os defeitos e incorreções apresentadas nos veículos para fins de manutenção;
 - o. 15. Ter conhecimento das principais vias públicas da região metropolitana de Campinas e São Paulo;
 - p. 16. Obter de cada veículo o melhor rendimento e segurança em sua utilização, obedecendo aos seguintes procedimentos:
 - q. 17. Manter os veículos devidamente abastecidos, limpos e lubrificados, principalmente após contato com lama, areia, áreas alagadas e em regiões litorâneas;
 - r. 18. Planejar antecipadamente o percurso;
 - s. 19. Evitar, tanto quanto possível, o tráfego engarrafado;
 - t. 20. Manter a velocidade do veículo compatível com o trânsito;
 - u. 21. Evitar aceleração forte, a fim de que não seja consumido combustível desnecessariamente;
 - v. 22. Evitar freadas bruscas;
 - w. 23. Utilizar a marcha correta;
 - x. 24. Não acelerar o veículo, quando parado;
 - y. 25. Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança;
 - z. 26. Verificar e manter calibrados os pneus de acordo com as especificações do fabricante;
 - aa. 27. Não deixar as chaves na ignição e nem no interior do veículo quando fora de serviço;
- ab) Ao estacionar por defeito mecânico, ligar as luzes de emergência e colocar o triângulo de segurança;
- ac) Respeitar as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;
- ad) Observar as normas internas do LFDA-SP e do serviço público federal;
- ae) Arcar com os valores e demais consequências decorrentes de eventuais infrações de trânsito por eles cometidas ou provocadas;
- af) Executar as demais atividades inerentes ao cargo.

9.11 A Contratada deverá fornecer a seus empregados uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano e para as atividades de serviços internos e externos, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

9.12 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

RELAÇÃO DOS ITENS DE UNIFORME QUE DEVERÃO COMPOR O CONJUNTO
--

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. POR EMPREGADO	PERIODICIDADE
1	Calça jeans	UN	03	Anual
2	Camisa polo	UN	05	Anual
3	Cinto, modelo social, de couro, preto	UN	01	Anual
4	Sapato social preto de couro	PAR	01	Anual
5	Meia esportiva, grossa, preta	PAR	05	Anual
6	Meia social, fina, preta	PAR	05	
7	Jaqueta de frio	UN	01	Anual
8	Calça de brim com elástico e bolsos	UN	04	Anual
9	Camisetas de algodão	UN	05	Anual
10	Calçado de segurança preto, de acordo com a NR 32	PAR	01	Anual
11	Blusa de manga longa de Moletom	UN	02	Anual
12	Macacão de chuva	UN	01	Anual
13	Crachá com identificação da empresa	UN	01	Anual

Nota: Os itens 1, 2, 3, 4, 6 e 7 são para uso nos dias de serviços externos; os itens 5, 8, 9, 10 e 11 são para uso nos dias de serviços internos; os itens 12 e 13 são comuns aos serviços externos e internos.

9.13 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

1. CALÇA JEANS: Calça jeans tradicional, com passante para cinto, 2 bolsos frontais e 2 bolsos traseiros, Tamanho personalizado.
2. CAMISA POLO: Camisa com gola polo, manga curta, em tecido piquet ou 100% algodão de alta qualidade, tamanho personalizado.
3. CINTO: Cinto modelo social, de couro ou sintético, preto, tamanho personalizado.
4. Sapato social: modelo social, de couro fino, modelo clássico, confortável, cor preta, tamanho personalizado.
5. MEIA ESPORTIVA: esportiva grossa, cor preta, tamanho personalizado.

- f. 6. MEIA SOCIAL: social, fina, preta, tamanho personalizado.
- g. 7. JAQUETA DE FRIO: Jaqueta ou japona de frio, em tactel ou poliéster 95%, forrada em microfibra, impermeável, com mangas compridas, 02 bolsos dianteiros transversais tipo faca, punhos e cós de alta elasticidade. Fechamento frontal por zíper de nylon fino com cursor e encaixe de metal niquelado, cor preta, tamanho personalizado.
- h. 8. CALÇA DE BRIM: Calça de brim, com cós de elástico e bolsos frontais, tamanho personalizado.
- i. 9. CAMISETAS DE ALGODÃO: Camisetas manga curta, malha de algodão, sem estampas e gola redonda, tamanho personalizado.
- j. 10. CALÇADO DE SEGURANÇA: Calçado de segurança, cor preta, confeccionado em couro de boa qualidade, colarinho acolchoado, forrado, biqueira plástica, solado em poliuretano (PU) ou similar, seguindo as disposições da NR 32, tamanho personalizado.
- k. 11. BLUSA DE MOLETON: Blusa de Moletom, com gola careca, manga longa, em algodão e poliéster, com ribana e elastano no punho, tamanho personalizado.
- l. 12. MACACÃO DE CHUVA: Macacão de chuva, manga longa, impermeável, em nylon, pvc ou poliéster, altamente resistente, tamanho personalizado.

9.14 O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma: 01 (um) conjunto completo ao empregado, de acordo com as quantidades e especificações acima elencadas, no início da execução do contrato. Entretanto, poderá ser solicitado à contratada, a qualquer época, a substituição dos itens que não estiverem atendendo as condições mínimas de apresentação, ficando previamente estabelecido um prazo máximo de reposição de 15 (quinze) dias úteis, após notificação.

9.15 As peças deverão ser entregues em tamanhos adequados para cada colaborador, e havendo necessidade de ajustes, estes correrão a cargo da Contratada, sem repasse de custo para o empregado.

9.16 Se houver motorista do sexo feminino o uniforme deverá seguir os padrões da tabela acima com as adaptações necessárias, sendo proibido o uso de saia. No caso de colaboradora gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

9.17 No prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato a Contratada deverá submeter à aprovação da fiscalização os modelos dos uniformes completos a serem fornecidos aos colaboradores.

9.18 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

No recibo deve constar no mínimo relação nominal dos empregados, especificação de cada peça entregue com os respectivos quantitativos, impreterivelmente assinados e datados por cada profissional na efetiva data de entrega de todas as peças que formam o conjunto de uniformes. Em hipótese alguma a Contratada pode substituir a entrega aos seus empregados de qualquer das peças que compõem o conjunto de uniforme por pecúnia.

9.19 Para a perfeita execução dos serviços a Contratada deverá disponibilizar aparelho de telefonia celular em perfeito estado de funcionamento, sendo 01 aparelho para cada motorista. Os aparelhos devem estar devidamente habilitados e com plano que contemple pacote de ligações e internet, visando o contato rápido entre o motorista e o LFDA-SP e entre os próprios motoristas. O plano será definido pela empresa, devendo possibilitar o recebimento de ligações e acesso à internet 7 dias por semana. O aparelho celular deverá possuir sistema operacional (smartphone) que suporte a instalação de aplicativos de GPS e de mensagens instantâneas. Estes deverão ser substituídos pela contratada sempre que necessário, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

9.20. A contratada obriga-se a:

- a) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

- b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- c) Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- f) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- g) Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- h) Fornecer os uniformes e aparelhos de telefonia celular, a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- i) Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- j.1) Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- k) Atender no prazo de 3 (três) dias úteis as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, cujo comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela contratante ou, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- l) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- m) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- n) Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, assim como manter contato com o fiscal da Contratante, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquele e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da lei nº 8666/93, descrito abaixo:
- A nomeação prevista no item anterior deverá ser feita por escrito, em documento assinado por representante legal da empresa contratada, fazendo constar os dados mínimos necessários do preposto tais como: nome, CPF, carteira de identidade, registro profissional competente, telefone e e-mail para contatos;

- O preposto selecionado deve ser profissional que tenha capacidade e autonomia gerencial para planejamento logístico e a movimentação local de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para assegurar a dinâmica operacional e o controle implícitos à execução eficaz do serviço;
- O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pelo LFDA-SP, deverá fazer contato com a Fiscalização e Gestão do Contrato em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do Contrato, para agendamento da Reunião Inicial, visando tratar dos assuntos pertinentes à implantação de postos e à execução do contrato, relativos à sua competência;
- Feito o contato inicial o preposto deverá efetuar visita ao LFDA-SP ou realizar contato com o Fiscal do Contrato no mínimo uma vez por mês.
- A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança do Trabalho;

o) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

p) Promover o atendimento às recomendações do Ministério do Trabalho, em especial as relativas à Norma Regulamentadora – 7 (NR-7) que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (exames médicos admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de funções e demissionais);

q) Assumir todas as responsabilidades relacionadas ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, tomando todas as medidas necessárias;

r) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração e as previstas no PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos (NR-1), quando couber.

s) fornecer os benefícios previstos nos acordos e convenções de trabalho vigente para as respectivas categorias profissionais, e comprovar ao LFDA-SP esta concessão mediante apresentação de comprovantes de pagamentos;

t) Apresentar à Contratante, anualmente, e tão logo seja elaborada, a escala de férias dos seus funcionários que prestem serviços à Contratante;

u) Registrar e controlar a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos, bem como as ocorrências havidas permitindo à fiscalização o acesso ao controle de frequência;

v) Promover o pagamento de diárias, sempre que solicitados pelo LFDA-SP devidamente justificados e aprovados. Os custos com os pagamentos das diárias só serão repassados ao LFDA-SP caso sejam efetivamente realizados.

w) Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço para verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

x) Instruir e fiscalizar os empregados no sentido de evitarem a aglomeração de pessoas nos ambientes da Contratante, garantindo a ordem e a organização dos espaços e evitando transtornos no desenvolvimento das atividades dos setores.

y) Manter durante toda a execução do contrato endereço eletrônico (e-mail), telefone e endereço da sede da Contratada atualizados.

z) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste Contrato;

aa) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do LFDA-SP, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, sob pena ter descontado o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito.

ab) Toda e qualquer multa é responsabilidade do motorista, quando da ocorrência a empresa deverá efetuar a identificação do infrator para fins de pontuação, bem como efetuar o pagamento das multas e posterior desconto do funcionário infrator.

- ac) Orientar seus empregados quanto ao respeito às normas relativas ao tempo de direção e de descanso.
- ad) Atender a qualquer solicitação da Fiscalização, realizadas por e-mail ou Ofício ou comunicadas por meio de Registro de Ocorrências, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.21 Quanto à transferência contratual, caso a empresa detentora do atual contrato não seja a vencedora do certame, informamos que não haverá a necessidade de repasse de serviços, em razão de serem serviços simples e que seguem procedimentos internos do LFDA-SP. Estes procedimentos, incluindo a rotina e demais informações necessárias, serão repassadas pelo próprio LFDA-SP.

9.22 Os serviços serão avaliados mensalmente a partir de verificações dos cumprimentos das obrigações aqui elencadas, tanto pela empresa como pelos profissionais envolvidos na execução das atividades. Os itens que serão verificados e avaliados mensalmente seguem no Instrumento de Medição de Resultados - IMR (Anexo VII).

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A solicitação de 2 (dois) postos foi definida com base no histórico do Órgão, já considerando a economicidade, a eficiência da gestão das atividades e o disposto nos Despachos 312 e 100 do Processo SEI nº 21053.002117/2017-39, já que um motorista será designado para realizar o transporte interno, que é diário e em período integral (durante o expediente do Órgão) e o outro designado para atender as demandas externas e deslocamentos de servidores e colaboradores sempre que necessário.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 160.000,00

Para o levantamento dos custos de salários e benefícios foi utilizada a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Campinas e Região e do Sindicato de Fretamento de Campinas e Região (SINFRECAR). Apesar de não estar ainda homologada no MTE, esta convenção está sendo praticada pelas empresas do ramo da região de Campinas, sendo então estes os valores de salários e benefícios praticados no mercado de Campinas. Tal explicação consta no e-mail anexo (documento SEI 26090276).

Fora incluído também os valores correspondentes a adicional de periculosidade, conforme elucidações da Nota Técnica nº 2 do presente Processo (documento SEI nº 26075548) e seus anexos. Caso, após pelo levantamento para o LTCAT, o resultado da avaliação das condições seja diversa e não seja mais obrigatório o pagamento do adicional de periculosidade, este será suprimido da Planilha de Custos via Termo Aditivo.

A documentação referente à Pesquisa de Uniformes e demais itens necessários à prestação de serviços constam nos Documentos SEI nº 24277456, 24277636 e 24279089 do Processo desta licitação (21053.000492/2022-10).

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características dos serviços a serem contratados não haverá parcelamento ou individualização da solução, pois trata-se de apenas um único cargo e, conforme explanado no item 9.3 deste Estudo Técnico, os motoristas deverão revezar semanalmente entre os serviços internos e externos, para que haja a possibilidade de

cobertura do posto um pelo outro em casos de ausências, tendo em vista que o prazo para cobertura exigido será de 24 horas. Será estabelecido esse prazo (e não inferior) para que não seja necessário incluir, na Planilha de Custos, um profissional já previsto para coberturas em tempo menor, o que oneraria os custos.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não é aplicável.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Adequar infraestrutura e equipamentos, conforme o Mapa Estratégico da Rede:

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Considerando-se que o cargo de motorista é um cargo em extinção e tendo em vista que o Órgão possui, atualmente, uma frota de 14 (quatorze) veículos para que seja possível o atendimento às atividades fins, a contratação de 2 (dois) motoristas é o meio mais eficiente e viável de se fazer cumprir as obrigações do Órgão, uma vez que os motoristas estarão à inteira disposição do LFDA-SP durante todo o horário de expediente e podendo atender ao Órgão também em horários extraordinários, de acordo com as demandas.

Dessa forma, almeja-se a continuidade dos atendimentos dos serviços de transporte interno e externo.

16. Providências a serem Adotadas

Não há providências de adequação do Órgão para a presente contratação.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Com relação aos critérios de sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá adotar os itens abaixo, em atendimento à IN/SLTI/MP nº 01/2010:

- Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- Prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências do LFDA-SP, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

- Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências do LFDA-SP, para fins de disponibilização à coleta seletiva em parceria com o laboratório.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Dada a alta demanda por serviços de transporte do Órgão, a presente contratação é necessária e os termos do presente estudo são pertinentes e viáveis.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA 23620083

JANDERSOM PAULO DOS SANTOS LOPES

AISIPOA - Chefe de Seção



Assinou eletronicamente em 09/05/2023 às 09:33:12.

Despacho: DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA 23620083

BRUNO ROSÁRIO BRAGA

Agente administrativo - Chefe de Seção



Assinou eletronicamente em 09/05/2023 às 09:55:53.